

Eixo Temático

1. Educação do Campo e Movimentos Sociais

Título

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO SINGULARIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Autor

Vanderlei Amboni

Instituição

Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí

E-mail

vamboni@hotmail.com

Palavras-chave

Movimentos Sociais; Legalidade e Educação do Campo.

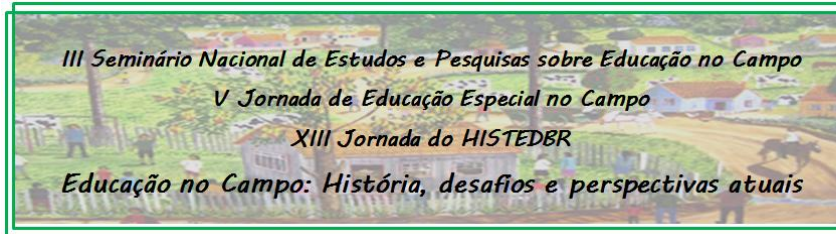
Resumo

O presente artigo trata da educação do campo como conquista singular dos movimentos sociais em contraposição à escola rural, cuja característica é o urbanocentrismo. Para esse fim, buscamos no campo da história a construção da educação do campo, que foi gestado na luta por escolas no campo desvinculando-a do caráter ideológico-hegemônico da cidade sobre o campo. Dessa forma, nosso objetivo é recuperar a historicidade da educação do campo como singularidade dos movimentos sociais, cuja essencialidade é uma escola que valoriza a práxis social dos homens do campo na sua lida diária com a produção da vida material e os processos de ensino, buscando o nexo da omnilateralidade, pois articula o trabalho como princípio educativo. Entre a idealizada e o real há as particularidades e a organização da sociedade, cuja essencialidade da educação do campo não comporta na materialidade da educação pública como educação do campo, a não ser nos projetos e ideação dos movimentos sociais que as constrói no cotidiano.

Texto Completo

Se o que caracteriza o ser humano e o diferencia dos demais seres da natureza é sua não-indiferença com relação ao mundo, que o leva a criar valores e a fazer deles

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



objetivos que ele busca alcançar, o que lhe possibilita a concretização dessa diferença é precisamente a atividade que ele desenvolve para concretizar esse fim, ou seja, o trabalho humano. (PARO, 1999, p. 106).

As sociedades humanas trazem no interior de sua formação um processo de reprodução e formação social, pois o homem é, por excelência, um ser social produto do trabalho. Paro sustenta que “o trabalho em sua forma humana é, [...] a mediação que o homem necessita para construir-se historicamente” (PARO, 1999, 106), pois:

Na produção social, os homens constroem relações sociais e, nestas relações, as formas da reprodução da vida social. Para que isso possa se materializar, os homens necessitam comer, beber, vestir, ter as condições materiais para viver, pois a premissa básica da vida humana é a existência do homem real humanizado pelo trabalho (AMBONI, 2014, p. 17).

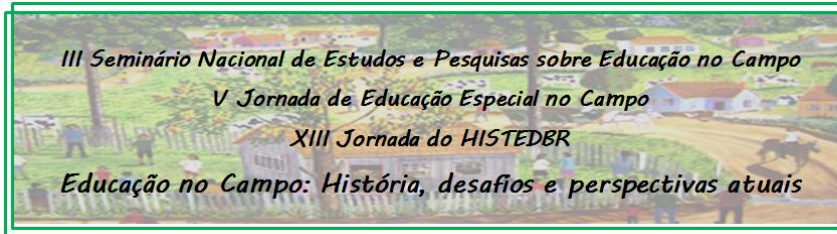
Dessa forma, podemos inferir como Lefebvre que “o homem só se torna humano criando um mundo humano. É dentro de sua obra e por meio dela que ele se torna ele mesmo, mas sem confundir-se com ela, embora não se separe dela” (LEFEBVRE, 2011, p. 46). Fromm também sustenta tese quando afirma que “o homem modifica-se no curso da história”, pois “ele é produto da história, transformando-se na evolução desta”. Por isso, “a história é o processo da criação do homem por si mesmo, pela evolução no processo de trabalho das potencialidades que lhe são dadas ao nascer”. (FROMM, 1967, p. 33).

Diante disso, Bezerra Neto acentua que:

[...] Considere-se que em qualquer sociedade o homem é necessariamente levado a pensar de acordo com o modo de produção desenvolvido no momento em que ele está vivendo, pois a maneira como nos organizamos para produzir a nossa sobrevivência determina nossa forma de pensar e agir socialmente, fazendo com que nos tornemos seres situados no tempo e no espaço [...] (BEZERRA NETO, 2009, p. 3).

Portanto, se o homem é um ser social, cujo fundamento histórico se dá pelo trabalho, sua natureza humana é criada e recriada pelo processo de educação social, posto que a sociedade educa o homem e o orienta sob seus princípios políticos,

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



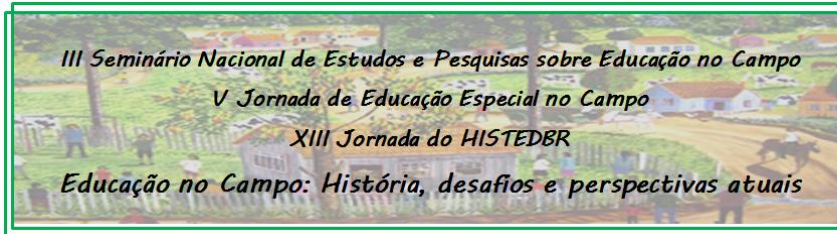
religiosos e sociais. Este é o processo que Marx (1982) traduz em *A Ideologia Alemã*, quando afirma que a classe que domina materialmente a sociedade também a domina ideologicamente por meio de suas instituições. Instituições estas criadas pelos homens no seu devir histórico, mas que se emancipa; se autonomiza frente ao homem criador e torna-o submisso à sua criação.

A escola é, neste processo, uma criação do homem, cuja natureza se manifesta no processo de transmissão do conhecimento feito pelos homens às gerações mais novas, como meio de reprodução da vida social. Vieira Pinto é categórico ao afirmar que não existe sociedade, por mais iletrada que seja que não tenha presente um processo de educação na sua formação. Ou seja, a educação é social e é promovida pela sociedade. Mas ela expressa, nas sociedades de classes, um ideário determinado pelas forças sociais dominantes e isto implica em afirmar que ela tem uma dupla função: transmitir o conhecimento que acumulou no seu devir histórico e a manutenção do *status quo* dominante, pois o domínio cultural é determinado pelo domínio político de classe e a classe que domina materialmente a sociedade é a burguesia. Na leitura das desigualdades educacionais existentes nas sociedades de classes, Kuzin se manifesta dessa forma:

Es indiscutible que en la sociedad contemporánea se desarrollan los medios de comunicación masiva y se exige que amplios sectores de la población tengan un nivel de instrucción más elevado. Pero esto no cambia el contenido ideológico y la orientación política de la cultura. En una sociedad antagónica los ciudadanos no tienen ni pueden tener acceso igual a los valores espirituales, a la instrucción y la cultura. En la sociedad capitalista, el anhelo de liquidar el sistema elitista de instrucción no deja de ser un sueño de los mejores pedagogos y de los hombres públicos progressistas (KUZIN, 1977, p. 7).

O pressuposto básico da educação, portanto, é que ela está a serviço das classes dominantes no interior das sociedades. Mas isso não representa a totalidade da educação. Como há um modo de produção dominante, há, também, uma educação que é dominante. O caráter dominante não suprime a existência de outros “modos de produção” e de “educação” nas sociedades de classe, mas sua supremacia, cuja essência é a reprodução do modo de produção e do *modus operandi* de reprodução social que traz a hegemonia na vida social, apesar das contradições criadas socialmente pelo

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



homem no seu devir histórico. No pressuposto da reprodução social, Marx (1982), na *Ideologia Alemã*, sustenta que modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Na sociedade brasileira há um mosaico compostos por grupos sociais, cujos interesses particulares emergem da contradição existentes entre ambos, o que torna-os inconciliáveis do ponto de vista das lutas de classes. Neste mosaico, os homens imprimem as formas de reprodução social também no universo de sua particularidade no interior da sociedade do capital.

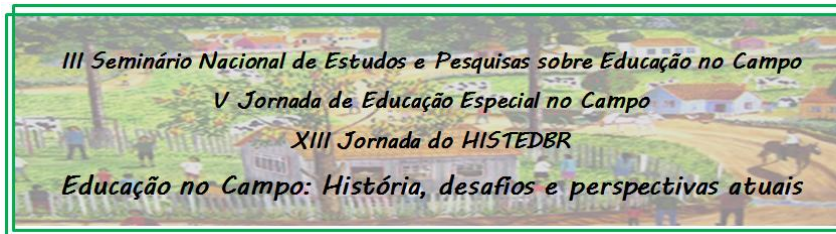
Este é o sentido que a educação do campo apresenta. Como grupo social, os movimentos sociais do campo edificam parâmetros para criar uma escola no campo cujo objeto são os sujeitos do campo ressignificados dentro da ordem do capital, mas nos valores da agricultura familiar, que foram capitaneados pelos movimentos sociais do campo e segmentos institucionais urbanos, que se contrapõe ao agronegócio. A educação do campo traz, portanto, uma singularidade dos movimentos sociais, mas não propõe uma ruptura com a escola dominante, pois campo e cidade vivem sob a dualidade das classes sociais antagônicas e, no interior das classes sociais, há grupos sociais com projetos distintos de poder.

Para Ribeiro,

O Movimento Camponês é uma unidade em processo de construção, por isso caracterizado como um sujeito político-coletivo; é constituído por uma diversidade de formas assumidas pelos movimentos sociais populares, que se organizam para enfrentar os desafios próprios das relações sociais peculiares ao trabalho no e do campo, no Brasil (RIBEIRO, 2012, p. 460).

Os desafios presentes estão vinculados diretamente ao trabalho, mas a educação não perde o foco para os movimentos sociais do campo. A educação, como ponto de partida dos camponeses, é uma educação que vincula homem e terra; que traduz a formação da juventude do campo no campo, pois os interesses dos grupos sociais que tem o campo como lugar de residência e trabalho, busca conquistar a escola no campo como local de formação escolar aos seus. Por isso, a educação do campo despontou como um Movimento dos movimentos sociais denominado de Movimento por uma

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Educação Básica do Campo. No boletim número 1, de julho de 2015, da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo - APEC, traz que:

Em nível nacional foram realizados o Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (ENERA, 1997) e duas Conferências Nacionais por uma Educação do Campo (1998 e 2004), pautando a Educação do Campo, buscando formação para e pelo trabalho, com o estudo partindo das questões do campo acessando o conhecimento produzido pela humanidade, sob o marco da emancipação da classe trabalhadora, protagonizada por ela mesma num quadro de políticas públicas garantidoras de acesso à escolarização em escolas públicas, gratuitas e de qualidade (APEC, 2015, p. 02).

Vendramini lembra que:

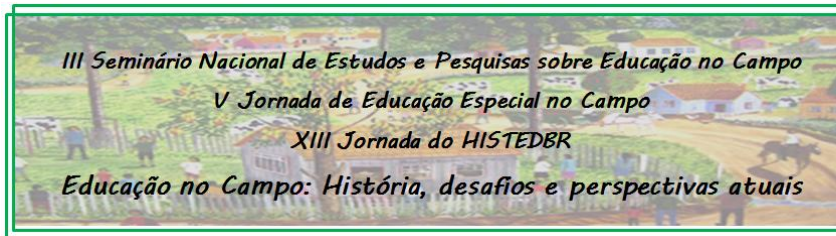
[...] a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa de políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições de sobrevivência de todos (VENDRAMINI, 2007, p. 123).

Corroborando neste estudo o que Fernandes afirma sobre o “nascimento” da educação do campo nos movimentos sociais, Segundo ele,

A idéia de Educação do Campo nasceu em julho de 1997, quando da realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) [...] No processo de construção dessa idéia, foram realizados estudos e pesquisas a respeito das diferentes realidades do campo. A partir dessa práxis, começamos a cunhar o conceito de Educação do Campo [...] em 1988 (FERNANDES IN MOLINA, 2004, p. 64 – 65).

O movimento do Movimento Por uma Educação Básica do Campo despontou, portanto, como uma unidade de ação para os movimentos sociais do campo na luta por escola do campo que sustentada pelo poder público, mas que o ensino seja vinculado ao trabalho e em estreita relação com o como eles produzem a vida material. Este elo foi fortalecido pela presença dos educadores do MST. Dessa forma, “toda batalha política importante é, entre outras coisas, uma batalha de ideias”. (EAGLETON, 2011, p. 6). Estas são as premissas básicas que no presente artigo eu propõe analisar.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



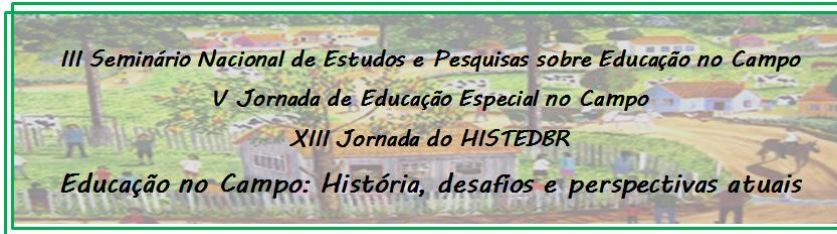
2. O Movimento do Movimento Por Uma Educação Do Campo

A educação do campo que estamos refletindo aqui não encontra similar na história da educação no Brasil. Ela nasceu das necessidades que os movimentos sociais do campo tinham para romper o isolamento social e a marginalização estabelecidas pela ausência de políticas públicas para a educação no campo, posto que, historicamente, este ‘tipo de educação’ não constava na agenda política do Brasil. [...] (AMBONI, 2014, p. 101).

A escola pública e privada são espaços de manifestações de educação da classe dominante. Mas também é espaço de manifestação escolar de singularidades dos grupos sociais que a compõem. No campo, havia a escola rural como meio de escolarização da família camponesa. Mas esta formação trazia em seu bojo a desvinculação de seus sujeitos com a terra, o que passou a ser alvo de crítica dos movimentos sociais, pois atendia aos interesses do capitalismo no campo, com baixa qualidade e pouca formação escolar, além de ser, conforme aponta Silva: urbanocêntrica, sócio-cêntrica e etnocêntrica. Para Silva (2009, p. 35), a escola rural é urbanocêntrica, pois seus conteúdos estão voltados ao processo de urbanização e industrialização; é sócio-cêntrica, pois está comprometida com os interesses das elites e não leva em consideração a diversidade de culturas existentes no campo; e é etnocêntrica, pois privilegia os conhecimentos relacionados ao mundo ocidental, industrializado.

A lógica dada à escola rural segue os princípios da escola classista burguesa, cujos valores se traduzem na manutenção ideológica de uma escola universalizada, isto é, para todos, mas se manifesta neutra e apartidária, que serve à sociedade na sua universalidade e complexidade, pois tanto no campo, quanto na cidade, ela atende aos interesses sociais de escolarização da classe dominante, que é a domesticação da força de trabalho para atender as demandas do capital. Sua função ideológica “é a de legitimar o poder da classe dominante na sociedade”. (EAGLETON, 2011, p. 18). Isto é, anula a percepção do social em sua contradição e “garante que a situação em que uma classe social tem poder sobre as outras seja vista pela maioria dos membros da sociedade como ‘natural’, ou que nem seja vista”. (EAGLETON, 2011, p. 19). Mas esta ideologia não é um simples das ideias dominantes. Ela é “sempre um fenômeno complexo, que

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



pode incorporar visões de mundo divergentes e até contraditórias”. Para entendê-la, “devemos analisar as relações precisas entre as diferentes classes em uma sociedade; e fazer isso significa compreender a posição dessas classes em relação ao modo de produção”. (EAGLETON, 2011, p. 21).

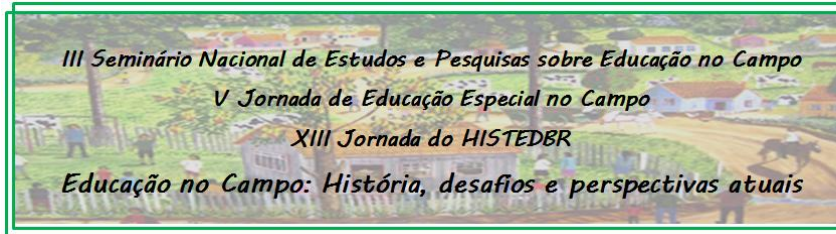
No contrapelo do universo ideológico do capitalismo, proclamado pela neutralidade escolar, Ponce denuncia os princípios sagrados da escola burguesa, quando escreve que:

A única finalidade da chamada ‘neutralidade escolar’ é subtrair a criança da verdadeira realidade social: a realidade das lutas de classe e da exploração capitalista; capciosa ‘neutralidade escolar’ que, durante muito tempo, serviu à burguesia para dissimular melhor os seus fundamentos e defender, assim, os seus direitos (PONCE, 2000, p. 178).

Na literatura marxista, esta escola é desconstruída e exposta na sua dimensão histórica, como uma escola de classe que é alicerçada no ideário da classe dominante, pois se estrutura historicamente e culturalmente nos valores sociais da sociedade. De acordo com Kuzin, esta relação parte das necessidades de reprodução das classes dominantes, pela qual edifica um sistema de educação que possa sustentar seu *modo operandi* de existência material. Dessa forma,

En cualquier país, el sistema de instrucción pública se estructura partiendo de sus tradiciones históricas y culturales, pero, principalmente, de las necesidades de la clase dominante. En la sociedad antagónica de clases, el sistema de instrucción tiene siempre un carácter manifiestamente burgués y classista (KUZIN, 1977, p. 9).

Entretanto, os movimentos sociais buscam formar o homem novo do campo. Para esse fim, faz-se necessário romper os estereótipos criados pela classe dominante sobre o homem do campo como forma de desvalorizar os trabalhadores camponeses e sua articulação política na luta por reforma agrária. Destruir, portanto, com a ideologia traduzida por Monteiro Lobato, que traz a figura do *Jeca Tatu*, homem analfabeto e não devotado ao trabalho na forma capitalista; do *Mazzaropi*, que retrata o homem do campo submisso à lógica de dominação do latifúndio, passou ser o ponto chave da



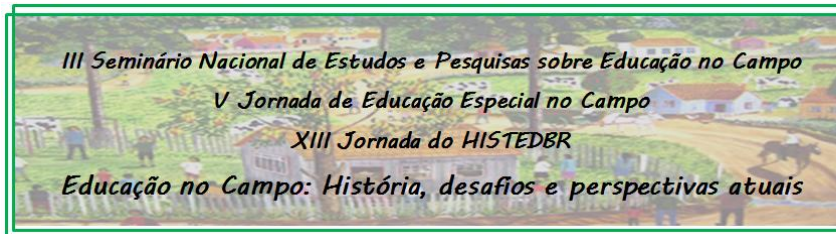
educação do campo, pois o homem do campo foi privado de uma estrutura escolar e de ensino de qualidade. Em seus estudos, Bezerra Neto escreveu que:

Para a população do campo o sistema educacional sempre foi ainda mais perverso, permitindo a existência de prédios escolares em condições miseráveis, professores leigos e muitas vezes voluntários. Pouco tempo de aulas nas classes multisseriadas, pouco ou quase nenhum investimento em recursos pedagógicos, infraestrutura inadequada e sem falar que muitas vezes a manutenção dessas escolas ficava a cargo dos próprios professores ou do fazendeiro. Com essas condições de oferecimento educacional, a possibilidade de ingresso da classe trabalhadora do campo no ensino superior era quase impossível, tanto pela pouca oferta de vaga quanto pelo limitado conhecimento transmitido nas escolas rurais e nos anos de escolaridade que não permitiam sequer a ilusão de concorrer às vagas universitárias (BEZERRA NETO, 2013, p. 13-14).

Dessa forma, podemos inferir que a luta dos movimentos sociais produziram uma educação a contrapelo da escola rural, sintetizada na ação que integra educação do campo à escola, ou seja, transforma o ambiente de aprendizagem do conhecimento produzido pelo homem no seu devir histórico com a difusão cultural e prática pedagógica associadas ao processo de ensino e de aprendizagem, levando em consideração o trabalho e as condições de reprodução social da comunidade em que vivem, pois não há neutralidade no processo pedagógico determinado pela classe dominante. Este princípio, Marx apontou na *A Ideologia Alemã* quando escreveu que a classe que domina materialmente a sociedade também a domina culturalmente. Ou seja, a escola está permeada da política de classe, o que a constitui como um dos aparelhos ideológicos do Estado. Althusser sustenta que “o Estado sempre penetrou profundamente a sociedade civil (nos seus dois sentidos), não só através do dinheiro e do direito, não só através da presença e intervenção dos seus aparelhos repressivos, mas também através dos seus aparelhos ideológicos”. (ALTHUSSER, 1978, p. 05). Estes fatos também encontraram em Kuzin, como segue:

Los acontecimientos y hechos de la vida social impugnan en forma convincente los razonamientos de los profesionales de la pedagogía burguesa acerca del apoliticismo de la escuela y de la posibilidad de la educación no classista en la sociedad de clases. La realidad confirma con nuevo vigor la tesis leninista de que la escuela al margen de l

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



vida, al margem de la politica, es mentira e hipocrisia (KUZIN, 1977, p. 9).

A lógica dos movimentos sociais é a contraposição à escola de classe segregacionista como a apresentada pela burguesia à sociedade, cujo cerne pode-se ler no texto base apresentado pela comissão constituída por: Bernardo Mançano Fernandes (UNESP), Paulo Ricardo Cerioli (ITERRA) e Roseli Salete Caldart (MST) à Conferência Nacional *Por uma Educação Básica do Campo*, como segue:

[...] A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas sobretudo deve ser uma *educação*, no sentido amplo de *processo de formação humana*, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena e feliz (FERNANDES, et alii, 1998, p. 07).

Isto implica em afirmar que os movimentos sociais do campo, em luta pela divisão social da terra, colocam em primeiro plano a formação do homem novo no interior do capitalismo. Nesta lógica está o processo de construção de um novo vínculo social e uma nova relação de trabalho no campo: o trabalho socialista. No campo, portanto, tanto as manifestações dos Sem Terra, quanto dos que possuem a terra e habitam os campos, trazem no processo de formação escolar a perspectiva de uma escola no campo que atendem aos interesses dos camponeses e, para tanto, tragam um calendário escolar que se vínculo ao calendário da produção; com currículo e metodologias que interagem com o campo em uma relação de trabalho como princípio educativo, tal qual foram conquistados pelos movimentos sociais na LDB:

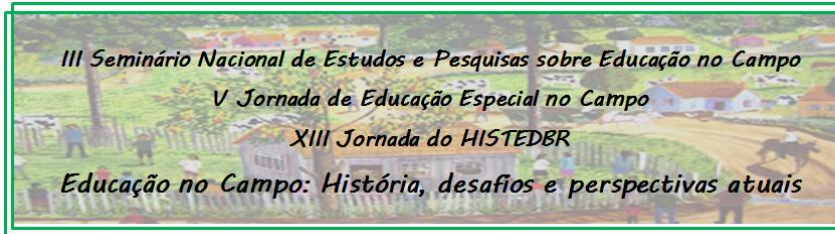
Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

[...]. (BRASIL, 1996).



A escola no campo traz como singularidade a educação no campo em contraposição à escola rural desenvolvida pelos Movimentos sociais nos idos de 1990. A LDBEN traz as marcas dessa luta histórica da educação do campo, mas é nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), que se consagra da identidade da escola vinculada ao campo. Dessa forma, as DEOBEC traz que:

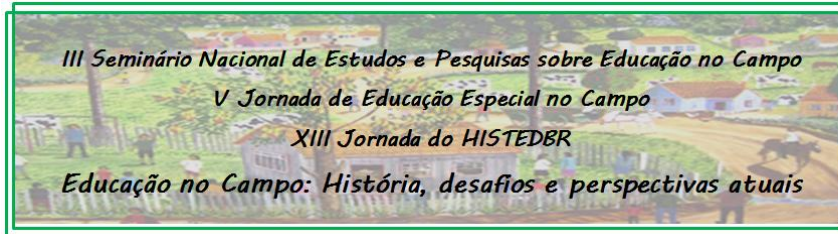
A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país 2002.

Com isso, pontua que a educação do campo é histórica e traz as marcas das lutas sociais por terra como braço de articulação para desenvolver a educação no campo nos limites da escola pública, mas com uma orientação pedagógica, cuja centralidade seja os homens que vivem e produzem sua vida material no campo, cada qual, dentro de suas particularidades de reprodução social e organização do trabalho, que é peculiar a cada grupo social. Neste sentido, os povos do campo fazem e escrevem sua história por meio da luta social pela terra e, com ela, a luta pela escola no local onde moram, pois têm uma história de trabalho, de vida material, espiritual e comunitária. Portanto, “a história ensina, mas não tem alunos” (GRAMSCI, 1921, s/p). Dessa forma, Caldart reafirmou o vínculo do homem com a terra, pois a “terra é ao mesmo tempo o lugar de morar, de trabalhar, de produzir, de viver, de morrer e cultuar os mortos, especialmente os que regaram com o seu sangue, para que ela retornasse aos que nela se reconhecem” (CALDART, 2004, p. 100).

Corroborar aqui os estudos de Schwendler, quando afirmou que:

É neste sentido que a Educação do Campo, por advir a partir de uma luta dos camponeses, os traz como sujeitos de políticas e não meros consumidores de ações educativas, de modo que suas experiências, seu contexto, sua cultura, seus conhecimentos e suas demandas sejam tomados como referências para a formulação de políticas públicas, posto que ao longo da história, sempre foram desenvolvidas para e não com os sujeitos do campo [...] (SCHWENDLER, 2008, p. 31).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



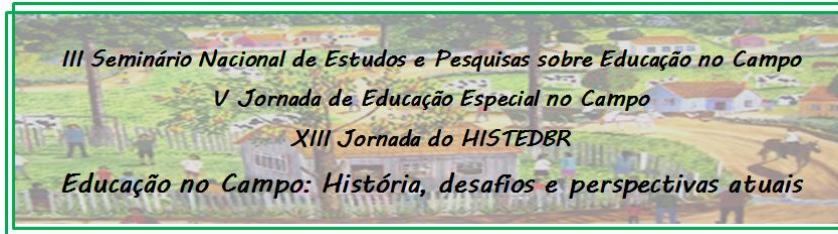
Por isso, Ribeiro acentuou que “o novo trazido pela educação do campo, proposta pelo Movimento Camponês, consiste na articulação entre o trabalho na agricultura, na pecuária e na pesca, no chamado Tempo-Comunidade, com os estudos teórico-práticos efetuados no chamado Tempo-Escola”. (RIBEIRO, 2012, p. 460). Ou seja, é a escola do trabalho aplicada ao campo nas suas dimensões pedagógicas, como foi desenvolvida pelos pedagogos soviéticos a fase da revolução.

Lunatcharky traduz esta escola, como segue:

[...] é uma escola do trabalho. Entendemos por isso uma escola que, tanto quanto possível, renunciasse a todas as “lições”, que desse à criança — desenvolvendo ao mesmo tempo as suas capacidades — a possibilidade de se desenvolver brincando, passando pouco a pouco dos processos simples de trabalho aos cada vez mais complexos e produtivos que proporcionam conhecimentos práticos. Ao alimentá-la sempre com os seus próprios interesses, a escola terá mais a certeza de levar a criança para o círculo dos conhecimentos e aptidões práticas, porque são assimilados pelos órgãos externos de todo o organismo (LUNATCHARSKI, 2002b: 21).

O que propõe os movimentos sociais para a educação do campo? Que seja uma escola do trabalho, cujo fundamento se sustenta nas práticas de trabalho no campo alicerçadas no conhecimento que a humanidade acumulou e sistematizou como processo de ensino. Conhecimento e formas de transmissão devem estar vinculados ao trabalho, pois este é a essência e o fundamento da existência do homem humanizado. Em estudo do processo educacional alicerçado no processo de produção (trabalho) e ensino, Krupskaia afirma que:

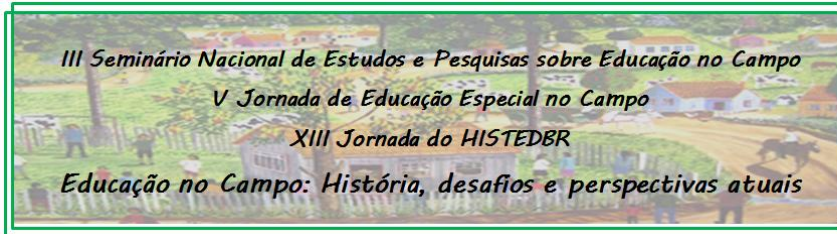
No enseñará a tejer o hilar a mano o com máquinas, pero los muchachos aprenderán mucho de lo que es necessário saber em la producción. Ante todo, les dará a conocer el papel que desempeña la industria têxtil em la economia del mundo enterro y em la de nuestro país. Les dará a conocer como se desarrollará esta industria em la URSS. Los alunos sabrán donde se encuentran los centros de nuestra industria têxtil, qué matérias-primas utilizan las fábricas — lino, algodón, lana, seda, seda artificial, etc —, donde se encuentran las zonas productoras de estas matérias primas y como se desarrollarán em um futuro próximo. Conocerán las peculiaridades de las matérias primas y los métodos más perfectos de obtenerlas y conservarlas, asi como la instalación de las fabricas, las particularidades de su estrutura, las distintas ramas de la fabricación de tejidos. También sabrán qué profisiones se necesitan em la fábrica. Estudiarán la construcción de



las máquinas textiles, aprenderán a diseñar estas máquinas y sabrán la historia del desarrollo de la producción têxtil y em qué consisten los perfeccionamientos modernos. En talleres especiales trabajarán em máquinas de distintos tipos, verán em qué aventajan las máquinas nuevas a las máquinas viejas y aprenderán a atenderlas, cuidarlas y ponerlas em movimiento: empezando por el trabajo a mano y terminando por la electricidad (KRUPSKAIA, 2013, p. 164).

Diante disso, inferimos que o trabalho está na raiz da educação do campo. Não é o trabalho urbano-industrial, conforme estudos e experiências realizadas por pedagogos russos, mas o trabalho do campo, com suas manifestações culturais e tradições desenvolvidas na produção da vida material e na reprodução cultural de seus costumes. Sua lógica reside no trabalho de formação como processo de emancipação política e financeira para ganhar a omnilateralidade do trabalho e a emancipação de classe frente ao capital.

Em tese, a educação do campo ganha sustentabilidade com a promulgação da LDB 9394/96, particularmente no Artigo 28, que traz a “educação para o meio rural” como expressão das necessidades da escola no campo para os povos do campo nas suas múltiplas dimensões e características sociais. Ou seja, tipifica um tipo de educação cuja natureza sintetiza a vida e a produção material da vida do homem do campo e, este processo traz a cultura da vida material, com seus valores plasmados pelo trabalho no campo. Na definição de cultura, Gramsci traz que: “cultura é [...] organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior, pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres”. (GRAMSCI, 1976, p. 83). Mas isto não implica que a educação do campo seja uma educação revolucionária e classista; que se contrapõe à escola do capital. Ela, em determinados casos, pode ser uma educação revolucionária e classista do ponto de vista do segmento que a sustenta, mas ela é, enquanto totalidade; enquanto escola estatal, uma escola dominante. Dessa forma, a educação do campo traz, como singularidade, a escola no campo como meio de valorizar as atividades de trabalho em quaisquer modos de produção que o campo abarca, sem alterar a correlação de força entre capital e trabalho existente no modo de produção capitalista.



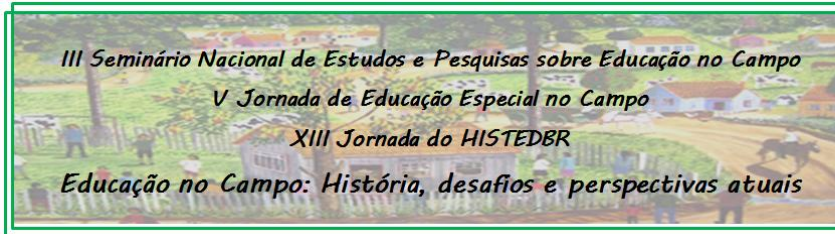
Canalizados pela CNBB, MST, UNICEF, UNESCO e UnB, a educação do campo emerge dos movimentos sociais. Sua materialidade se manifesta no I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - I ENERA, que foi realizado entre os dias 24 e 27 de junho de 1997 e reuniu militantes do MST vinculados ao setor de educação. Neste encontro, as educadoras e educadores do movimento foram desafiados a pensar uma educação do campo por Ana Cristina Braga, representante da UNICEF/Brasil. Como resposta à provocação, o ano de 1998 viu nascer o *Movimento por Uma Educação Básica do Campo*. Movimento este que surgiu da experiência no meio das lutas sociais por terra. Para Thompson, a experiência “surge espontaneamente no ser social, mas não sem pensamento”. Ela “surge porque homens e mulheres são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo.” (THOMPSON, 1981, p. 16).

O Movimento do *Movimento Por uma Educação do Campo* ganhou notoriedade política, pois foi constituído por entidades nacionais e internacionais e movimentos sociais classistas e sindicais, como a CUT. Os movimentos sociais do campo ganharam apoio político à organização de uma educação constituída por interesses dos trabalhadores do campo e pelos povos que habitam e vivem do trabalho com a terra nas suas múltiplas dimensões: ribeirinhos, faxinalenses, quilombolas, assentados, acampados, ilhotas, indígenas etc. Estes povos, de certo modo, vivem no interior das relações capitalistas de produção, ou seja, vivem a cultura burguesa, mas apresentam uma organização de trabalho e de produção distinta da apresentada pelo caráter da produção dominante, onde as relações de trabalho são marcadas pelo caráter de exploração do trabalho (extração da mais valia) por parte do capitalista. Portanto, no cotidiano do campo há a produção da vida material e, com ela, a reprodução social e a cultura escolar como polo de valorização do trabalho e dos sujeitos do campo.

A educação do campo é, nesta perspectiva, um processo de conquista social e de refundação da vida social camponesa, cuja experiência educacional surge da racionalidade dos homens em sua luta social, pois estes refletem o que acontecem com eles e com o seu mundo, que é espaço de trabalho e reprodução social.

3. O Trabalho como princípio educativo na educação no campo

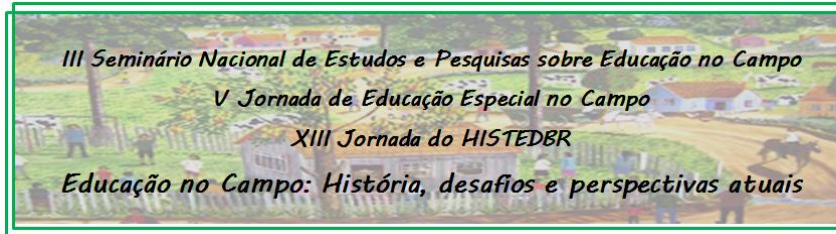
www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. Mas o sentido marxista de essência humana não é o da metafísica: como o conjunto das propriedades imutáveis e eternas do homem, como algo dado ao homem, uma dádiva divina ou natural. Ao contrário, a essência humana é usada no sentido de característica fundamental dos homens, sendo esta produzida pelos próprios homens. O que o homem é, o é pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (LOMBARDI, 2011, p. 103).

A escola nos MS trazem as lutas da EP para o campo materializando as relações sociais presentes na cultura camponesa. O sentido que a mesma apresenta se constitui na especificidade do trabalho e da reprodução social engendradas no campo mediatizados no processo de conhecimento que o homem acumulou em seu devir histórico. A cultura escolar que os MS querem para as escolas do campo é aquela que traz o campo como centralidade pedagógica, localizando seus sujeitos e modos de produzir a vida material nos conteúdos escolares. A premissa básica é a valorização do homem e da cultura originária no campo nos seus múltiplos aspectos de produção da existência material e, portanto, da reprodução social como sujeito do campo.

Nesta perspectiva, a Educação do campo para os movimentos sociais devem reproduzir os valores sociais produzidos pela vida produtiva engendrada e potencializada pela cultura camponesa. A relação estabelecida, portanto, com o que ensinar, como ensinar e para que ensinar, nas diretrizes quiméricas dos MS, passam pelas relações sociais e de produção do campo. O campo é o universo pedagógico de ensino. A escola é o espaço de aprendizagem onde se estabelece a conexão com o “que” se conhece para o “como” se conhece de forma sistematizada e científica. O trabalho como princípio educativo é, portanto, a chave para a compreensão da escola do campo nos marcos dos movimentos sociais presentes no campo. Sua materialidade é o pressuposto da união trabalho-ensino, cujo processo se realiza no tempo estudo; tempo comunidade. A chave para se compreender a educação do campo nos marcos dos movimentos sociais é a ação pedagógica desenvolvidas no campo teórico e a aplicação



do conhecimento por meio da práxis do trabalho desenvolvidas pelos educandos durante o tempo comunidade.

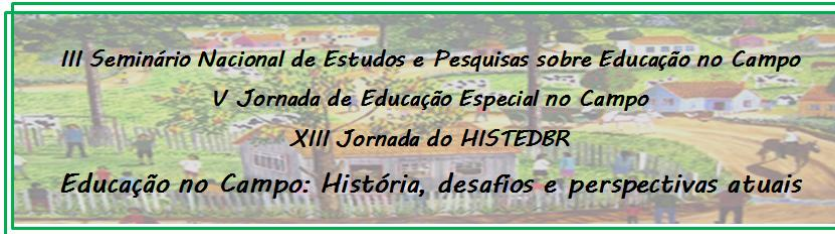
Dessa forma, inferimos que tempo escola; tempo comunidade são manifestações do processo pedagógico dentro dos princípios educativos alicerçados pelo trabalho como princípio educativo. Como o homem necessita produzir a existência material da vida humana e a reproduzir as condições necessárias à produção da mesma, a sociedade educa e a educação tem um propósito: a reprodução social, mesmo que em última instância. O fim primeiro da educação é a reprodução da vida material da sociedade, por isso, o conhecimento que o homem acumulou em seu devir histórico é transmitido a geração mais nova por meio da educação social. A base para isso é o trabalho e a educação, pois ambos reproduzem os modos de produção da existência da vida e, portanto, reproduzem a sociedade e seus valores constituídos tanto éticos, como morais.

No campo, há a produção da vida material e os conhecimentos gerados por ele. O trabalho social produz uma determinada relação entre homem e natureza, fonte dos meios de produção da vida material do homem. É nesta relação homem-natureza que os movimentos sociais buscam o primado da educação do campo, pois ambos são constitutivos de uma organização social do trabalho onde o homem busca harmonizar a relação com sua fonte de produção de existência material, apesar de viver sob um modo determinado e dominante de produção: o capitalismo.

[...] o MST, na sua articulação com outros segmentos da sociedade encampou a luta por uma escola diferente no campo, uma escola que estivesse inserida e em movimento no próprio campo. Para o movimento, é uma escola pública vinculada aos interesses da cultura, da vida, do trabalho no campo. Uma escola que reconheça e valorize o campo nas suas dimensões políticas, sociais, culturais, espirituais e de produção da vida material, pois o MST já vinha construindo, a partir das práticas pedagógicas e do jeito de fazer a escola do MST, a educação do campo na sua materialidade, por meio da pedagogia do movimento, posto que a formação humana não se enquadra na escola, ela se insere na vida, e a vida é matéria em movimento, portanto, se educa em processo de escolarização e nas práxis posta pelo homem no seu devir histórico (AMBONI, 2014, p. 102).

Esta forma dominante de produção é determinada pela separação do produtor dos meios de produção, deixando-o somente proprietário de sua força de trabalho

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

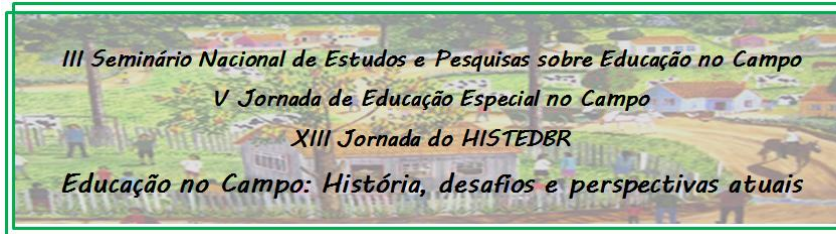


disponível no mercado como mercadoria. E o que isto significa? Significa que o trabalhador se torna também uma mercadoria a ser adquirida para a execução do trabalho. Dele é subtraída sua energia que move o complexo modo de produção capitalista por meio do assalariamento do trabalho. Uma vez despossuído dos meios de produção/trabalho, a única forma que o trabalhador encontra para reprodução da sua vida material é vendendo sua força de trabalho. E é neste processo que o capitalismo encontra sua força metabólica, pois aí reside a mágica da transformação e subsunção do trabalho ao capital na produção da mais valia. A mais valia é a fonte que alimenta o capitalista, que necessita de sua reprodução para que o metabolismo capitalista possa ser alimentado diuturnamente, garantindo a reprodução do modo capitalista de produção.

Entretanto, no interior das sociedades constituídas há suas contradições internas, que são movidas por interesses de classes. Com isso, afirmo que no interior de uma determinada ordem social dominante de produção há outras formas de produzir a vida material que foge à lógica dominante, pois nela a produção da mais valia desaparece. Aparecendo outras formas de produção e organização social. Os movimentos sociais do campo, dentro dos parâmetros de sua organização, buscam, na educação do campo, uma resposta da sociedade à sua forma de reprodução social e valorização cultural. Cultura esta que tem sua base material e está fundamentada na terra e suas formas de trabalho. Como resposta, o Estado do Paraná implementa a educação do campo como política pública na rede estadual, criando a nomenclatura de “Escola Estadual do Campo” para as escolas do ensino fundamental e “Colégio Estadual do Campo” para as escolas de ensino médio. Para disciplinar os programas de ensino, estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo, respeitando a cultura e o jeito de viver de cada grupo social que vive no campo e reproduzem as relações sociais no espaço da produção capitalista. No Paraná,

A Educação do Campo tem suas Políticas Públicas constituídas por ações do Estado acerca das necessidades da realidade social e educativa originárias das formas de participação e decisão dos sujeitos, movimentos e organizações sociais do campo. As Políticas Públicas para a Educação do Campo, quando formalizadas por um aparato jurídico-normativo, devem se instituir [...], para que atinjam as legítimas necessidades dos sujeitos, movimentos e organizações sociais do campo (PARANÁ, 2010b, p. 67).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



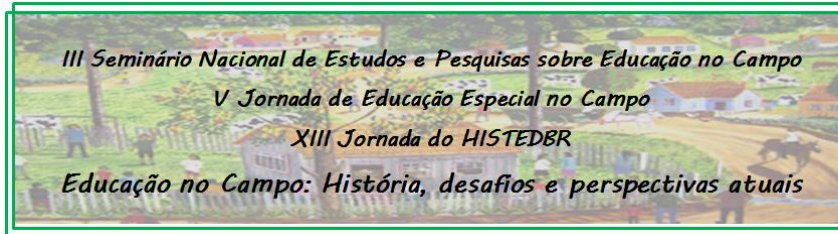
A educação do campo traz, para os movimentos sociais, a grande possibilidade de materializar a escola no campo na perspectiva pedagógica de um processo de escolaridade onde trabalho e ensino se manifestem nos conteúdos e nas práticas escolares. E o que isto significa? Se eu fosse religioso diria “mais pão sobre a mesa”. Na perspectiva dos movimentos sociais, “mais renda e trabalho qualificado”. Portanto, a educação do campo, se for materializada dentro dos princípios que a geraram, traz para as pessoas que vivem e produzem sua vida material no campo, maior possibilidade de geração de renda consubstanciada pela prática escolar no processo de formação educacional que associa trabalho e ensino como práxis social. Diante disso, inferimos a posição de Lenin e Pistrak, na qual considera a escola como uma arma política na vida social. Por isso, a escola no campo é um espaço de sociabilidade e de integração da cultura camponesa. Cultura esta fundamentada no trabalho e ensino como princípio pedagógico de formação do homem do campo na sua emancipação política, primeiro passo para a emancipação humana. Por isso, no boletim da APEC, traz:

A Educação do Campo [...] é uma luta coletiva por políticas públicas não subordinadas às determinações do mercado, mas aos interesses da classe trabalhadora, na perspectiva de sua emancipação e considerando a diversidade dos sujeitos que dela necessitam. (APEC, 2015, p. 6).

Conclusão

A premissa básica da formação do ser social é o processo de reprodução social e, para tal fim, a educação que a sociedade promove no interior da vida social. Campo e cidade vivem individualidades distintas no processo de formação, cujo alicerce ideológico burguês é anular o campo como espaço da política, submetendo seus sujeitos à disciplina do urbano. Contra esta lógica, os movimentos sociais do campo se insurgem e buscam nas lutas sociais a construção de um movimento em defesa da escola no campo com princípios e práxis pedagógicas que traz o campo como horizonte político e educacional. Nestas lutas sociais, os movimentos sociais do campo, articulados entre si e com entidades nacionais e instituições internacionais criam um movimento de luta por educação do campo como política pública, mas com a lógica educacional alicerçada nos valores e cultura proveniente do campo.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



A educação do campo, como política pública, vem conquistando a escola no campo dentro dos interesses e da lógica do Estado burguês que a universalizou sob a estrutura do Estado e isto implica na captura da escola pela classe dominante. A escola no campo, portanto, não expressa a educação do campo sonhada pelos movimentos sociais do campo, pois foi subsumida pelo Estado, que busca conciliar os interesses do latifúndio (agronegócio) com o camponês nas suas múltiplas dimensões. Não quero, entretanto, afirmar que houve a derrota da educação do campo, pois há experiências exitosas de escolas no campo que procuram se afirmar como escolas que se contrapõem à escola ditada pelo sistema educacional da ordem social dominante.

Para concluir, assumo o risco de afirmar que os movimentos sociais ousaram edificar uma educação para o campo que tem na base uma pedagogia emancipacionista, que é alicerçada na práxis social que busca integrar trabalho e ensino como polo de educação na objetivação da omnilateralidade, para e passo com a emancipação política dos camponeses. Mas essa proposta não se universalizou como política pública, pois o que há são escolas no interior de movimentos sociais que buscam desenvolver a práxis social da escola no campo objetivando a emancipação política dos camponeses.

Referências

ALTHUSSER, Louis. O Marxismo Como Teoria "Finita". **Revista Outubro**, nº. 2, 1978. In <http://blog.revistaoutubro.com.br/>. Acessada em 10 de março de 2014.

AMBONI, Vanderlei. **A Escola no Acampamento do MST: Institucionalização e Gestão Estatal da Escola Itinerante Carlos Marighella**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2014.

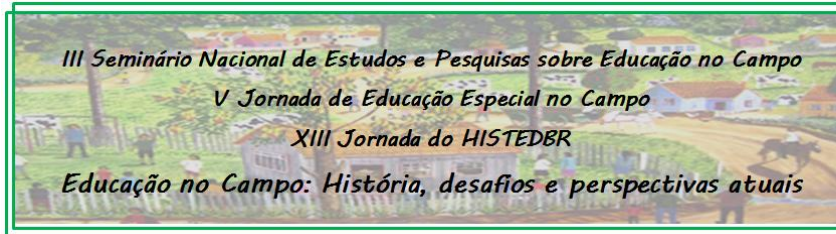
APEC – Articulação Paranaense por uma Educação do Campo. Boletim nº 1, **ALERTA: Escolas do campo estão sendo fechadas**. Julho de 2015.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



FROMM, Erich. **Meu encontro com Marx e Freud**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**, Vol. 1. Seara Nova, Lisboa, 1976.

_____. Itália e Espanha. 1ª Edição: "**L'Ordine Nuovo**", de 11 de março de 1921.

KRUPSKAIA, Nadezhda. **Acerca de la educación comunista**: Artículos y discursos. Ediciones en lenguas extranjeras. Moscú, 2013.

KUZIN, N. La Gran Revolución Socialista de Octubre y la instrucción del pueblo. In. **La Instrucción Pública en la URSS**. KUZIN N.; KONDAKOV, M. Editorial Progreso, Moscú, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e Ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

LUNATCHARSKI, Anatoly. A Educação na Rússia Revolucionária (b). **Jornal Livro**. V. II, nº 10. Dezembro de 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Obras Escolhidas, Tomo I, Lisboa: Edições Avante, 1982.

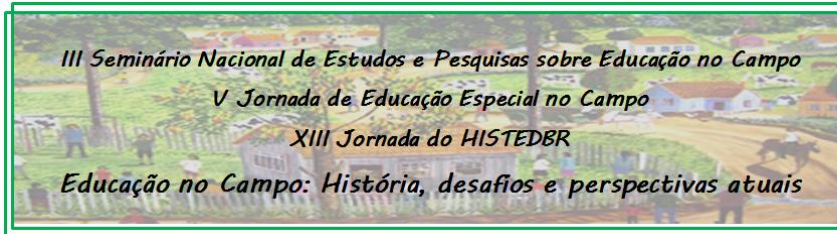
RIBEIRO, Marlene. Educação do campo: embate entre movimento camponês e estado. In. **Educação em Revista**. v. 29, n. 01, Belo Horizonte, Março, 2012. p.459-490.

SCHWENDLER, Sonia Fatima. Principais problemas e desafios da educação do campo no Brasil e no Paraná. In. **Cadernos Temáticos – Educação do Campo**, Curitiba, SEED-PR, 2005.

SILVA, Maria do Socorro. Educação como direito: reler o passado, refletir o presente e projetar o futuro. In: LUNAS, Alexandra da Costa; ROCHA, Eliene Novaes (Org.). **Práticas Pedagógicas e Formação de Educadores (as) do Campo**. Brasília: Dupligráfica, 2009. p. 29-48.

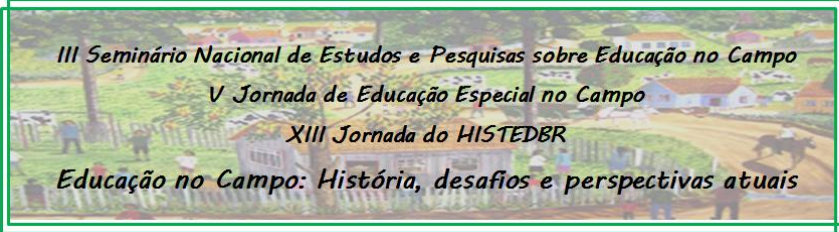
PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In. **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? Org. Celso João Ferretti et alii. São Paulo, Xamã. p. 101-121.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e trabalho**: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Vol. 27, nº 72. Campinas, Cad. Cedes, 2007.



THOMPSON, Edward. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**

